

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE
SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas e trinta minutos, realizou-se no Salão dos Paços do Município de Fornos de Algodres, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2 - ORDEM DO DIA -----

a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro; -----

b) Apreciação e Votação da Proposta de Regulamento - Normas de Utilização da Residência de Estudantes de Fornos de Algodres; -----

c) Apreciação e Votação da Proposta de Alteração ao Regulamento de Tarifas e Preços do Município de Fornos de Algodres; -----

d) Relatório de Monitorização do Plano de Ajustamento Municipal relativo ao 1.º trimestre de 2023 para conhecimento; -----

e) Relatório de Monitorização do Plano de Ajustamento Municipal relativo ao 2.º trimestre de 2023 para conhecimento; -----

f) Apreciação e Votação da Proposta de Aplicação da Taxa Municipal de Direito de Passagem; -----

g) Informação sobre a Situação Económica e Financeira relativa ao 1º semestre de 2023 para conhecimento; -----

h) Apreciação e Votação da Abertura de Procedimento Concursal Comum para ocupação de um posto de trabalho da Carreira Especial de Fiscalização; -----

3 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Aberta a Sessão, a Sra. Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes. -----

Procedeu-se de imediato à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças:

Raquel da Conceição Sequeira Batista, Marcos André Lopes Paulo, Luís Miguel Ginja da Fonseca, António José Elvas da Rocha, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Teresa Maria de Almeida Rodrigues Pinto, Cristina Maria Baltazar dos Santos, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Andreia Paula Sanches Ventura, Gonçalo Emanuel Paraíso Bento, Ana Catarina Freitas Gomes, Marco Paulo Ferreira dos Santos, Francisco Miguel Gomes Inácio, Cláudia Filipa Coelho Farias, Ana Catarina Albuquerque Tomás, Delfim Pereira Rodrigues, Jorge Manuel Almeida Domingues, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, Bruno Filipe Ventura Costa, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, Leandro Manuel Pinto Abade, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Augusto António Morais de Carvalho e António Pires Fonseca. Faltou aos trabalhos o membro Daniel Alexandre Sousa Andrade. -----

1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Segundo Secretário passou à leitura do expediente que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, no Gabinete de Apoio. -----

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que iria colocar à votação a ata do dia trinta de junho de dois mil e vinte e três, não sem antes registar que no que respeita à alínea d) "Discussão e Votação da Proposta de Alteração Modificativa ao Orçamento N.º1/2023", consta na ata que a Bancada da Coligação PSD/CDS iria apresentar uma declaração de voto de vencido que não foi rececionada pela Mesa da Assembleia, tendo o membro Rui Furtado referido que a enviaria ainda nesse dia. -----

Posto isto, questionou os membros da assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração à ata. Não havendo propostas, foi a mesma aprovada por maioria com cinco abstenções, nos termos do N.º 3 do artigo 34.º do anexo do Decreto-Lei N.º4/2015 de 7 de janeiro. -----

Feitas as respetivas inscrições, iniciou as intervenções o membro da assembleia Marco Santos que, após cumprimentar os presentes questionou qual o ponto de situação da recolha dos resíduos sólidos, nomeadamente o que está a ser feito nesse sentido, qual a periodicidade dessa recolha, qual a periodicidade de lavagem e desinfecção dos contentores e se os mesmos servem as necessidades da população, isto porque verificou que em determinadas zonas se encontravam cheios e com mau cheiro à porta de residências, pretendendo saber se já estão a proceder a um ajustamento. -----

Cumprimentos feitos, o membro da assembleia Cristina Baltazar propôs que fosse registado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Professor Agostinho de Freitas, ao qual se reconhece o mérito como pedagogo, como profissional e como político. -----

Havendo unanimidade dos presentes, a Senhora Presidente da Assembleia deu sequência à proposta, respeitando um minuto de silêncio. -----

Decorrido o minuto de silêncio usou da palavra o membro da assembleia Cláudia Farias que, após os devidos cumprimentos, referiu que no passado dia doze de agosto se comemorou o Dia Internacional da Juventude e nesse mesmo dia, a Câmara Municipal de Fornos de Algodres organizou a iniciativa "Rota das Formigas", que contou com a participação de muitos jovens do concelho, bem como a sua colaboração na realização da mesma, o que considera importante. -----

Ainda nesse dia, a ANAM (Associação Nacional das Assembleias Municipais) alertou para o facto de apenas cerca de metade dos Municípios Portugueses terem um Conselho Municipal da Juventude. Fornos de Algodres tem um Conselho Municipal da Juventude, mas ao que tudo indica as suas atividades estão suspensas e, tendo em conta que a ANAM (Associação Nacional das Assembleias Municipais) lançou um manual com vista a capacitar os jovens para uma maior participação política e que o Conselho da Juventude não se esgota apenas na função consultiva no âmbito das políticas da juventude que lhe é atribuído pela legislação em vigor, considera oportuno envidar todos os esforços para que a sua atuação seja retomada, em primeiro lugar porque a Democracia é uma construção diária que deve contar com a participação dos jovens e, em segundo lugar, se

queremos fixar jovens no nosso concelho temos de perceber o que estes pretendem para que isso possa ser uma realidade. O Conselho Municipal da Juventude só será um verdadeiro espaço de partilha e aprendizagem se os jovens estiverem conscientes da importância da participação política nos Órgãos Locais e, daí, a necessidade de investimento na formação e na literacia política, concluiu. -----

O membro da assembleia Marcos Paulo após cumprimentar os presentes, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo-lhe que amanhã, dia vinte e nove de setembro, faz dez anos da sua entrada na governança do destino de Fornos de Algodres e, assim sendo, questionou o que de diferente fez durante esse período e quais as obras que realizou. Enquanto deputado municipal e líder da bancada do PSD, fez um breve sumário dos últimos dez anos de governação socialista, iniciando pelo Mercado Municipal, obra tantas vezes contestada mesmo antes do seu início, porém, as questões ou propostas apresentadas pela oposição nunca foram consideradas, referiu. Disse também que a bancada do PSD nunca foi favorável a esta obra por entender que não servirá as gerações futuras visto que ainda não foi concluída e já apresenta deficiências, nomeadamente no que respeita à acessibilidade do camiãõ palco para eventos de caráter musical, acrescentando o facto de o Senhor Presidente da Câmara descerrar a placa de quem edificou o Mercado Municipal há mais de vinte anos, colocando a sua por cima. -----

Prosseguiu referindo que perante a inércia que se tem verificado não aceita a desculpa da dívida pois, apesar de ser limitadora, com uma boa gestão é possível fazer muitas coisas. -----

Para além desta obra convém perceber o que foi feito nestes últimos dez anos a nível de pavimentações, alcatroamentos, vias de comunicação e obras estruturais. Em termos de vias de comunicação estávamos muito bem servidos, mas o passar dos anos leva à necessidade de intervir em determinadas zonas já identificadas em assembleias anteriores, mas que continuam por resolver, referiu. A nível de alcatroamentos constatou que beneficiaram apenas serventias particulares e, talvez, alguns pagamentos eleitoralistas. -----

No que respeita à Escola EB1 de Figueiró da Granja o membro Marcos Paulo referiu que iniciou mais um ano letivo e a obra continua por concluir, o que acarreta consequências e custos associados no acolhimento dos alunos, lembrando que em tempos a bancada do PSD havia alertado para a possibilidade de canalizar esta verba para outro tipo de investimento, até porque cada vez há menos alunos. Para além disso, Fornos de Algodres tem apenas uma creche pública e há muitas famílias em lista de espera, questionando se não teria sido mais viável um investimento deste género. -----

Outra obra dita de referência deste mandato socialista é a Zona Industrial de Juncais, todavia, a situação mantém-se ao ponto de não haver oferta a quem se queira instalar no nosso concelho, devendo o Senhor Presidente envidar esforços nesse sentido, à semelhança do que acontece com os concelhos vizinhos. -----

No que concerne ao autocarro elétrico cuja inauguração mereceu honras de estado e tanta pompa e circunstância, questionou se já se encontra a servir para o fim a que se destina, ou seja, servir a população, ou se é objeto de campanha política. -----

O membro da assembleia Marcos Paulo prosseguiu referindo que a vila de Fornos de Algodres ficará conhecida pela ponte aérea que invade o edifício da Câmara Municipal, construída no âmbito de um projeto de mobilidade

e acessibilidade, que denota falta de visão e falta de aconselhamento, na medida em que as pessoas têm de dar a volta ao edifício para ir para o 1.º piso e, assim sendo, não melhorou a dita acessibilidade. -----

A concluir registou duas situações preocupantes referentes à sinalética, nomeadamente em frente ao edifício da Câmara Municipal por forma a evitar a entrada de carros em contramão e na via de acesso à creche e alertou para o estacionamento em espinha junto à curva da EB 2,3/S de Fornos de Algodres em direção à Quinta das Eiras, que poderá colocar em perigo as crianças que se deslocam a pé para a escola. Nessa mesma via, verifica-se o estacionamento indevido de carros, paragem de carros de comércio local e, até, a paragem de viaturas de um negócio lá localizado. -----

Após cumprimentar os presentes, o membro da assembleia Luís Miguel Ginja apresentou uma perspetiva genérica das ações do Executivo desde que iniciou funções, destacando: -----

- a abertura do Tribunal; -----
 - a abertura dos CTT; -----
 - a aquisição das habitações do Bairro do Ténis; -----
 - a construção da Estação Elevatória da EB2,3/S de Fornos de Algodres; -----
 - a limpeza e manutenção das fossas municipais; -----
 - a delegação de competências na área da Educação e da Saúde; -----
- referência a nível nacional nas medidas de combate à pandemia da COVID-19; -----
- a renegociação da dívida. -----

A finalizar este assunto, parabenizou o Executivo na pessoa do Senhor Presidente afirmando que estas e outras medidas para colmatar os erros do passado são suficientes para justificar o trabalho realizado desde que assumiu a liderança do Município. -----

Relativamente à Educação, poucas Autarquias se podem regozijar de um arranque escolar como o de Fornos de Algodres, designadamente no que respeita às AEC'S, refeições e transportes escolares, parabenizando o Executivo pelo trabalho desenvolvido neste campo, cuja execução considera perfeita. -----

Referiu que ainda nesse dia o Governo decretou uma redução significativa das portagens para as zonas do Interior, o que significa que os esforços envidados nesse sentido produziram efeitos. -----

Concluiu sugerindo ao Executivo que no próximo ano aquando da comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, seria importante não comemorar apenas o dia, mas desenvolver outro tipo de atividades culturais que transmitissem às crianças a importância desta data. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Nélcio Sequeira para se referir ao modo como decorreram as festividades deste ano, nomeadamente o Festival da Biodiversidade que considera um evento de referência na nossa região, assim como a prova de triatlo que decorreu pela primeira vez em Fornos de Algodres, acrescentando que é um evento a repetir porque certamente irá colocar o nosso concelho no mapa do triatlo nacional. -----

Interveio o membro da assembleia Rui Furtado referindo que em relação à Zona Industrial de Juncais, assunto abordado na sessão anterior da Assembleia Municipal, nada foi feito, inclusive a limpeza sugerida. Ainda no que toca a este assunto reportou-se a uma publicação recente de um Município ainda mais interior do que o nosso e

que passou a citar “*Câmara instala primeiras empresas no Centro de Apoio e Acolhimento Empresarial de Figueira de Castelo Rodrigo*”, acrescentando serem estes os exemplos a seguir, independentemente da cor partidária. O empreendimento é pequeno, no entanto, é deste tipo de iniciativas que o nosso concelho precisa porque sem empresas não há emprego e sem emprego, as famílias não vêm para o Interior do País, referiu. -----

Foi também dito na mesma Assembleia que a Escola EB1 de Figueiró da Granja iria ser inaugurada em setembro deste ano, mas uma vez que isso não se concretizou pretendeu saber o que se passou. -----

Seguidamente questionou o Senhor Presidente acerca do ponto de situação dos processos em litígio judicial, designadamente com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), a indemnização à Recilead e o porquê do processo com a Geopark Estrela. Afirmou compreender que o membro Luís Miguel Ginja tenha enumerado os pontos fortes do Executivo, porém, já passaram dez anos de mandato, questionando para quando as inaugurações das obras em curso, esperando que não estejam a pensar fazê-las nos meses que antecedem o período de campanha eleitoral. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Catarina Tomás reiterando o pedido para que a documentação referente à Assembleia Municipal seja enviada num formato que permita a pesquisa. -----

Solicitou, também, que fosse dado mais marketing ao Centro de Recolha de Animais de Companhia de Fornos de Algodres, uma vez que não dispõem de um site próprio e têm pouca divulgação. -----

Pretendeu saber o ponto de situação da obra do parque infantil de Casal do Monte e para quando se prevê a sua conclusão. -----

A finalizar, no que respeita ao Parque Eólico do Pisco e sabendo que o gerador oito se encontra em terreno pertencente à Junta de Freguesia de Queiriz, questionou o Senhor Presidente se desde 2015, tem noção de qual a verba aplicada e qual a percentagem que cabe à Junta de Freguesia. -----

O Senhor Presidente respondendo às questões colocadas referiu que foi contratada uma empresa para fazer a recolha dos resíduos, na medida em que os camiões do lixo vão ser abatidos. Quanto à periodicidade afirmou que eventualmente pode haver algum contratempo principalmente em algumas freguesias durante o verão devido ao aumento substancial de população, contudo, é uma situação que está em constante monitorização no sentido de ser corrigida. No que respeita à lavagem dos contentores disse ser feita pela Resiestrela de acordo com o estabelecido no contrato, porém qualquer situação que surja, será comunicada à referida empresa. -----

Mais disse consociar-se com o voto de pesar pelo falecimento do Senhor Professor Agostinho de Freitas, acrescentando ter estado presente no seu funeral. -----

No que respeita à intervenção do membro Cláudia Farias referiu que Fornos de Algodres é dos poucos concelhos com Conselho Municipal da Juventude, exprimindo a opinião de que é necessário dar-lhe outra ênfase e outra dinâmica, no sentido de não ser apenas um ato formal, mas desempenhar a sua atividade. -----

No que respeita à questão da formação política expressou ser necessária nomeadamente nos dias que correm, caracterizados por grandes dificuldades devido à ascensão de alguns partidos populistas e, assim sendo, é importante que partidos como o PS e PSD façam essa pedagogia junto dos mais jovens. -----

Em relação à intervenção do membro Marcos Paulo o Senhor Presidente começou por esclarecer que a sua tomada de posse foi em outubro e não em setembro. -----

Relativamente à obra do Mercado Municipal sublinhou que o projeto foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara, afirmando não se arrepende devido à iminente perigosidade, porque bastou deitar um pilar abaixo para toda a estrutura ruir. Quanto à questão dos camiões-palco referiu que, se se deslocar a outros Mercados Municipais verificará que na maioria não cabe um camião-palco, usando os respetivos Municípios outras alternativas como por exemplo pavilhões. -----

No que concerne ao assunto referente às placas de inauguração, o Senhor Presidente afirmou não se igualar ao anterior Executivo e não ser um homem de placas, convidando o membro Marcos Paulo a deslocar-se à Biblioteca Municipal e a verificar a placa, apesar dessa obra ter sido paga por este Executivo, assinalando que está na vida política para servir e não para se servir dela. -----

No que concerne ao facto do membro Marcos Paulo ter dito que não aceita a desculpa da dívida, o Senhor Presidente informou que foi notificado a estar presente em tribunal no dia 10 de outubro para prestar declarações relativamente a mais uma dívida do anterior Executivo. Quando terminar o seu mandato, daqui a dois anos, venha quem vier não poderá dizer que o Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres terá deixado dívidas ao Município como fez o PSD, afirmou. -----

Mais referiu que no calor da política tudo se diz, todavia, o membro Marcos Paulo conhece-o e, nessa medida, o comentário "pagamentos eleitoralistas" não o atingiu. -----

No que respeita à Escola EB1 de Figueiró da Granja, na sessão da Assembleia Municipal onde esse assunto foi discutido houve apenas um membro do Partido Socialista a afirmar não concordar com essa obra, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade em reunião de câmara, referiu. -----

No que respeita à questão da creche informou que foi aprovada uma candidatura no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) para a construção de uma nova creche para o concelho de Fornos de Algodres. -----

Prosseguiu o Senhor Presidente para referir que o processo referente à Zona Industrial de Juncais já remonta a 1997, data em que foi comprado o terreno por 400 mil euros, no qual eram construídas algumas infraestruturas em época de campanha eleitoral e se enunciavam grandes projetos, todavia, nada foi feito. O processo é complicado, mas da mesma forma que resolveram a questão do Bairro do Ténis que já é património da Câmara Municipal, resolverão este. -----

Relativamente ao autocarro elétrico afirmou que poucos Municípios conseguiram essa candidatura e dentro em breve irá estar ao serviço da população. -----

No que respeita ao projeto da mobilidade o Senhor Presidente afirmou que foi de igual modo aprovado por unanimidade e, assim sendo, nunca imputou responsabilidades aos técnicos, até porque caso haja alguma coisa que corra menos bem, sempre assume a responsabilidade. -----

Relativamente à sinalética dirigindo-se ao membro Marcos Paulo disse-lhe que lhe fica muito mal pôr em causa o estacionamento de um estabelecimento comercial devidamente licenciado e cujo processo foi aprovado em

reunião de câmara. Quanto às restantes situações fica o registo e, posteriormente, os serviços técnicos analisarão. -----

Relativamente à intervenção do membro Luís Miguel Ginja, designadamente o Bairro do Ténis, afirmou ter sido uma situação resolvida por este Executivo, não obstante as dificuldades que atravessa. -----

Relembrou, também, que Fornos de Algodres foi dos poucos concelhos a conseguir a aprovação da candidatura no âmbito dos Bairros Digitais, no valor de 691 mil euros, lamentando que um projeto desta importância para os comerciantes e que envolve tanto dinheiro para o concelho não tenha sido aprovado por unanimidade, nessa manhã, na reunião de câmara. -----

No que respeita ao arranque do ano escolar afirmou não terem feito mais do que a obrigação, no sentido de abrir o ano letivo com todas as condições, salientando o trabalho desenvolvido pela Senhora Vereadora Luísa Gomes nesse campo. Ainda no que respeita a este assunto referiu que a gerência direta da cantina escolar foi uma aposta ganha, na medida em que todos os produtos são comprados em Fornos de Algodres de modo a impulsionar a economia local e as refeições são de melhor qualidade. -----

Quanto à sugestão apresentada pelo membro Luís Miguel Ginja relativamente à comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, concordou, convidando as três forças políticas ali presentes a participar. -----

Relativamente à intervenção do membro Nélio Sequeira, o Senhor Presidente referiu ter sido mais uma iniciativa que trouxe muita gente a Fornos de Algodres. -----

Em resposta ao membro Rui Furtado esclareceu que não há processo com o Geopark Estrela enquanto não for adotado outro tipo de funcionamento por parte do referido organismo, não havendo, deste modo, lugar ao pagamento das quotas, sendo este, também, o entendimento de outras câmaras Municipais. -----

Relativamente à Escola de Figueiró da Granja foi aprovada hoje em reunião de câmara uma prorrogação de prazo, sendo previsível que até final do ano a mesma esteja concluída com as devidas condições. -----

A finalizar afirmou que não guardará para o final do seu mandato as inaugurações das obras porque não é essa a sua forma de estar na vida. -----

Relativamente à intervenção do membro Catarina Tomás quanto ao Centro de Recolha de Animais de Companhia, ao que sabe tem havido alguma divulgação e, também, a adoção de vários animais, mas irá falar com o Doutor João Castelo Branco no sentido de corrigir e melhorar o que está menos bem. -----

Quanto ao parque infantil do Casal do Monte referiu que a situação ficará resolvida até final do ano. -----

Em relação ao Parque Eólico esclareceu que o contrato foi celebrado pelo anterior Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, não sabe os valores, mas dará essa informação na próxima sessão da Assembleia Municipal, acrescentando que estiveram quatro anos sem pagar. Mais disse estar disponível para falar com o Presidente da Junta de Freguesia de Queiriz e caso se verifique que algum dos terrenos pertence à Junta, falará com a empresa no sentido de se fazer novo contrato. -----

O membro da assembleia Marcos Paulo solicitou o direito de resposta afirmando que o Senhor Presidente deturpou o seu discurso e foi desagradável. -----



No uso da palavra o membro da assembleia Marcos Paulo dirigiu-se ao Senhor Presidente para lhe dizer que não lhe poderá imputar responsabilidades em relação à dívida, visto não ter feito parte de Executivos anteriores. Mais disse que sendo seu apanágio a frontalidade, o não se ter manifestado aquando da aprovação e construção do estabelecimento comercial, significa que não desaprovou, no entanto, fica mal ao Senhor Presidente passar por lá, ver o problema e nada fazer e ainda lhe fica mais mal falar apenas no que poderá causar atrito e jogar politicamente com a situação. -----

Relativamente às obras do Mercado Municipal e da Escola de Figueiró da Granja afirmou pôr em causa a sua construção e os fins que se prosseguem, mas ainda mais as derrapagens financeiras que daí advêm, designadamente as verbas de trabalhos a mais que não estão a conseguir incluir no projeto. -----

O Senhor Presidente afirmou ser mentira que o membro Marcos Paulo nunca tenha posto em causa a construção do referido estabelecimento comercial. Mais disse passar lá diariamente não tendo verificado qualquer tipo de situação que coloque as crianças em perigo, na medida em que essa entrada é maioritariamente utilizada por funcionários e professores. -----

2 - ORDEM DO DIA -----

a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata. -----

O Senhor Presidente da Câmara solicitou autorização para se dispensar de ler a informação escrita, na medida em que foi enviada oportunamente a todos os membros, tendo obtido a unanimidade dos presentes. -----

Iniciou as intervenções deste ponto o membro da assembleia Cláudia Farias para se reportar à aprovação do projeto Comprove.PT para financiamento, no âmbito do Programa Bairros Comerciais Digitais apresentada em consórcio com o NERGA e que tem como objetivo impulsionar o comércio local, pretendendo saber em concreto quais as medidas que pensam aplicar nesse sentido. -----

Questionou, também, se já equacionaram alguma forma de reaproveitamento do edifício da Casa do Povo que passou recentemente para a alçada do Município. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Gonçalo Bento para questionar o que se passou com o autocarro elétrico, situação que considera caricata, na medida em que é inaugurado em julho e em setembro é rebocado e se o mesmo se destina ao transporte escolar. -----

Questionou ainda a que se destina o edifício da Casa do Povo e, a finalizar, se houve algum tipo de contacto ou iniciativa para facilitar o acesso das pessoas à Segurança Social enquanto decorriam as obras no edifício. -----

O Senhor Presidente começou por referir que Fornos de Algodres foi dos poucos Municípios da Comunidade Intermunicipal a ter a sua candidatura aprovada no âmbito do Programa Bairros Comerciais Digitais, um investimento no valor de 691 mil euros, com financiamento a 100%. Os principais focos do projeto são colocar uma rede de WiFi de acesso público nas principais áreas comerciais, criar uma loja online com todos os

comerciantes, estabelecer um forte plano de comunicação que permite posicionar o concelho, criar canais de distribuição e atrair pessoas para o Bairro, referiu. -----

Relativamente à Casa do Povo fez saber que a portaria da transferência foi assinada há relativamente pouco tempo pelo Senhor Secretário de Estado, acrescentando que há possibilidade de fazer uma candidatura no âmbito do PRR. -----

Em relação à questão do autocarro elétrico afirmou estarem a dar os últimos passos para que o mesmo possa começar a fazer o transporte de crianças e, havendo necessidade de o levar ao Porto, foi preciso rebocá-lo, na medida em que ainda não pode circular. -----

No que respeita à questão da Segurança Social afirmou ter sido contactado pelo Diretor do Núcleo do referido organismo a informar que o edifício iria fechar para obras e, nesse sentido, a Câmara Municipal disponibilizou um espaço para o caso de ser necessário fazer o atendimento, contudo, dado o reduzido tempo de execução da obra, esse espaço não foi utilizado. -----

A Senhora Presidente da Assembleia passou de imediato à alínea b) Apreciação e Votação da Proposta de Regulamento - Normas de Utilização da Residência de Estudantes de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Presidente começou por referir que a Residência de Estudantes foi gerida de forma informal pelo Município durante muitos anos, mas foi este Executivo que conseguiu a sua transferência para o património da Câmara Municipal, havendo necessidade de regulamentar a sua utilização. -----

Interveio acerca deste ponto o membro da assembleia Gonçalo Bento questionando quando entra em vigor este regulamento uma vez que o timing da transferência ocorre depois do início do corrente ano letivo e saber quantos estudantes se candidataram para ficar na residência de estudantes; pretendeu saber, ainda qual o objetivo de terem estipulado valores mensais e valores diários e perceber se estão a equacionar aumentar a oferta de alojamento a não estudantes e, nesse caso, se vão pagar os valores que constam no quadro que consta do protocolo. -----

Interveio o membro Luís Miguel Ginja referindo que o regulamento contempla outras situações para além de estudantes e ainda bem, exemplificando com a situação dos refugiados, estágios profissionais e até profissionais de saúde nomeadamente enfermeiros que pretendam passar um ou dois dias e para essas situações servem as taxas diárias, mas o mais importante é capitalizar um edifício para a Autarquia e regulamentar a sua utilização. --

O Senhor Presidente esclareceu tratar-se de um regulamento amplo, por forma a acautelar situações excecionais, como foi o caso dos refugiados. Afirmou não saber quantos estudantes lá estão, apenas sabe que a maior parte são refugiados. Relativamente aos refugiados enalteceu o trabalho desenvolvido pela Senhora Vereadora Luisa Gomes e pela Ação Social, na medida em que quase todos se encontram a trabalhar. -----

Em relação à intervenção do membro Luís Miguel Ginja o Senhor Presidente afirmou que a capitalização destes edifícios era uma das exigências do Tribunal de Contas. -----

Solicitou o uso da palavra o membro Catarina Tomás para questionar se existe na residência algum tipo de segurança, na medida em que há estudantes menores de idade. -----

O Senhor Presidente referiu que há segurança no edifício. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia colocou o assunto a votação, tendo sido o mesmo aprovado por maioria com seis abstenções da bancada da coligação PSD-CDS e Presidentes de Junta da Matança e Queiriz. -----

Passou-se à alínea c) Apreciação e Votação da Proposta de Alteração ao Regulamento de Tarifas e Preços do Município de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Presidente esclareceu que na sequência da auditoria do Tribunal de Contas, verificou-se que, cumprindo o anterior Regulamento, dificilmente haveria alterações das taxas municipais de acordo com a inflação, que é uma prática comum aos municípios e, assim sendo, propõe-se uma alteração ao artigo 29.º do Regulamento. -----

Não havendo inscrições acerca deste ponto, submeteu-se de imediato o assunto a votação tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Passou-se às alíneas d) e e) da ordem de trabalhos "Relatórios de Monitorização do Plano de Ajustamento Municipal relativos ao 1.º e 2.º trimestres de 2023 para conhecimento" -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a alínea d) e a alínea e) estão estritamente relacionadas e, por conseguinte, os senhores membros da assembleia poderão intervir acerca das duas em simultâneo, caso assim o desejem, apesar da votação ser feita em separado. -----

O Senhor Presidente referiu que face às obrigações de reporte e de prestação de informação ao Fundo de Apoio Municipal, ao abrigo do art.º 29.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, é enviado para apreciação e votação do Órgão Deliberativo o Relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal relativo ao 1.º trimestre de 2023, acrescentando que praticamente todos os índices a que se propuseram estão cumpridos. Mais disse que o objetivo referente ao IMI não foi cumprido uma vez que o pagamento é feito em maio e a receita só entra em junho/julho e, nessa medida, só vai refletir-se nos relatórios seguintes. -----

Dado que sobre esta matéria não é exigida qualquer votação e não houve intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Passou-se à alínea f) Apreciação e Votação da Proposta de Aplicação da Taxa Municipal de Direito de Passagem. O Senhor Presidente esclareceu que a taxa referente aos direitos de passagem das operadoras de telecomunicações no concelho, terá, de igual modo, de ser maximizada e o valor terá de ser reportado às operadoras durante o mês de outubro. -----

O membro da assembleia Gonçalo Bento afirmou saber da obrigatoriedade de maximizar as taxas, todavia, há dois anos o Senhor Presidente manteve a esperança de uma abertura por parte do FAM e, nesse sentido, questionou se continua a fazer pressão junto da Direção do referido organismo para haver de igual modo uma redução desta taxa, porque iria beneficiar o consumidor final no pagamento da fatura. -----

O Senhor Presidente afirmou terem conseguido uma redução da taxa de IMI que se prolongará até 2025, no entanto, no que concerne às restantes taxas não houve a mesma abertura. Esclareceu, ainda, que a maximização ou não desta taxa, não vai alterar o valor refletido na fatura do consumidor final. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu este assunto a votação tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Passou-se à alínea g) da ordem do dia "Informação sobre a Situação Económica e Financeira relativa ao 1º semestre de 2023 para conhecimento" -----

O Senhor Presidente referiu que esta informação retrata o trabalho político e técnico que tem sido realizado e o cuidado relativamente às contas que se reflete no resultado líquido positivo, congratulando-se por este Município estar no bom caminho para resolver as questões financeiras, apesar das dificuldades. -----

No uso da palavra, o membro da assembleia Cláudia Farias referiu que a bancada da coligação PSD/CDS afirmou por diversas vezes que o Executivo utiliza a dívida pública ou como desculpa ou como bandeira, exprimindo a opinião de que, efetivamente, o Executivo tem razões para utilizá-la como bandeira por três razões a saber: -----

- a apresentação de resultados líquidos positivos; -----

- a redução da dívida em cerca de 600 mil euros; -----

- a evolução do índice da dívida total, que aponta para um decréscimo. -----

Dado que sobre esta matéria não é exigida votação, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Passou-se de imediato à alínea h) da ordem de trabalhos "Apreciação e Votação da Abertura de Procedimento Concursal Comum para ocupação de um posto de trabalho da Carreira Especial de Fiscalização" -----

O Senhor Presidente esclareceu que esta situação foi assinalada na auditoria do Tribunal de Contas e daí a necessidade de abertura deste procedimento concursal. Além disso é essencial haver um escrutínio mais apertado do que se vai fazendo no concelho, designadamente das obras. -----

Interveio o membro da assembleia Rui Furtado para questionar a razão de só agora, passado cerca de dois anos da saída do funcionário, abrirem este procedimento concursal, tendo em conta a obrigatoriedade de fiscalização das obras, pretendendo saber quem tem vindo a desempenhar essa função desde que o funcionário em causa se aposentou. -----

O Senhor Presidente referiu que o Engenheiro Paulo Santos, o Engenheiro Alberto Almeida e o Arquiteto Carlos Gomes elaboram um relatório relativamente às obras que não cumprem a lei. Acresce o facto de manterem uma colaboração muito estreita com a GNR do departamento ambiental, é levantado o auto que depois é enviado para o instrutor do processo que faz essa tramitação do processo. -----

Relativamente à questão do timing esclareceu que é preciso equacionar a possibilidade financeira e cumprir outras obrigações, nomeadamente pedir parecer ao FAM e, também, à DGAL. -----

O membro da assembleia Rui Furtado questionou se já não estava previsto que por cada funcionário que saísse poderiam contratar mais um, tendo o Senhor Presidente referido que no corrente ano houve um aumento substancial da despesa com o pessoal decorrente do aumento dos salários, do subsídio de pensão e do SIADAP e, assim sendo, só poderão contratar até ao limite da despesa. -----

Solicitou o uso da palavra o membro da assembleia Marco Santos afirmando que não é viável que um assistente técnico ou um assistente operacional faça o trabalho de um fiscal, acrescentando o facto de estarem a sobrecarregar o Chefe de Divisão. -----

